

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VI – Nº 1.166 – BRASÍLIA, SEGUNDA-FEIRA, 25 DE SETEMBRO DE 2000

Governo prevê investir R\$ 10 bi a mais na área social

Os investimentos sociais incluídos no projeto de lei do Orçamento da União para 2001 somam ao todo R\$ 42,3 bilhões, ou seja, 15,7% dos gastos totais. Pouco menos da metade dos recursos será aplicada no setor de saúde



O Congresso Nacional, presidido pelo senador Antonio Carlos Magalhães (C), deve votar a proposta orçamentária até o final deste ano

O projeto de lei do Orçamento da União para 2001 prevê um volume de investimentos sociais que supera em R\$ 10 bilhões o total a ser investido neste ano. Está programada a aplicação de R\$ 42,3 bilhões, montante correspondente a 15,7% dos gastos totais. Saúde, com 42,5% dos investimentos previstos, educação e saneamento estão entre as áreas beneficiadas.

PÁGINA 3



Hartung quer dificultar uso de mandato em favor da impunidade

Paulo Hartung PÁGINA 4



Sérgio Machado pede regras mais simples para emissão de carteira de habilitação para deficientes

Machado cobra igualdade para os deficientes

PÁGINA 2



Simon defende, por exemplo, que a procuração não seja aceita para receber benefícios previdenciários

Simon propõe restrições a uso de procuração

PÁGINA 2



Jefferson Pères

O senador defende a extensão do salário-educação ao ensino de segundo grau e à pré-escola

JEFFERSON PÉRES PRETENDE AMPLIAR SALÁRIO-EDUCAÇÃO

PÁGINA 2



TV Senado ouve o físico Marcelo Gleiser

PÁGINA 4

Êxito do Mercosul requer ordem fiscal, diz Fogaça

PÁGINA 4

Médico Lair Ribeiro fala sobre auto-estima

PÁGINA 4

Pedro Simon sugere limites para uso de procuração



Simon: contra a utilização indevida de procurações

Projeto do senador Pedro Simon (PMDB-RS) que limita a concessão de procuração se encontra pronto para votação na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). A proposta veda a

outorga de mandato com poderes a terceiros para receber e dar quitação nas hipóteses de indenização por empresas seguradoras em favor de proprietários de veículos, de verba decorrente de vínculo empregatício e também de benefícios pagos pela Previdência Social. Iris Rezende (PMDB-GO), relator da matéria, já entregou seu parecer à comissão, com voto favorável.

Segundo a proposta, quando o titular do crédito estiver impossibilitado de assinar termos de recebimento e quitação, a importância será depositada em conta judicial, que só poderá ser movimentada por curador nomeado por autoridade judicial competente. Na justificativa da matéria, Simon explica que o noticiário revela inúmeros casos de procuradores inescrupulosos que, valendo-se da boa-fé das pessoas, recebem vultosas importâncias e não repassam aos seus legítimos proprietários. Para o parlamentar, a única forma eficaz de acabar com esse tipo de exploração é vedar a outorga de procuração para os fins mencionados.

O projeto está sendo reapresentado pelo senador pela terceira vez. Simon explicou que ele havia retirado a proposta em virtude da reação por parte dos advogados, que consideravam a iniciativa uma tentativa de cerceamento à sua atividade profissional.

Jefferson quer estender salário-educação aos níveis médio e infantil de ensino

Proposta de emenda constitucional assegura para segundo grau e para a pré-escola recursos recolhidos pelas empresas e hoje destinados exclusivamente às escolas de primeiro grau

A fim de criar uma fonte extra de financiamento para a educação pública básica, o senador Jefferson Péres (PDT-AM) está defendendo proposta de emenda constitucional ampliando os benefícios do salário-educação.

De acordo com a sua proposta, tudo que se traduz em ensino público básico – educação infantil, ensino fundamental e ensino médio – terá como fonte adicional de financiamento a contribuição social do salário-educação, recolhida pelas empresas.

Pronta para ser votada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), a iniciativa visa a atender a exigência de tratamento privilegiado para a educação básica, que o senador entende ser urgente no Brasil. Na opinião do parlamentar, “a educação básica é responsável pelo desenvolvimento de habilidades e competências indis-

pensáveis ao exercício da cidadania e ao desempenho eficaz no mundo do trabalho”.

Pela Constituição federal, apenas o ensino fundamental público tem como fonte adicional de financiamento a contribuição do salário-educação, recolhida pelas empresas. Segundo

Jefferson Péres, essa exclusividade se explica pelo fato de, conforme a Constituição, ser dever do Estado a garantia do ensino fundamental obrigatório e gratuito.

Tanto a Constituição quanto a Lei de Diretrizes e Bases da Educação atribuíram ao ensino fundamental prioridade nas ações governamentais. Em consequência, sus-



Jefferson Péres: emancipação da mulher exige maior atenção ao ensino infantil

tenta Jefferson, nos últimos dez anos, expandiu-se muito o acesso a esse nível de ensino. Como exemplo, em 1998, o atendimento das crianças e jovens na faixa etária de 7 a 14 anos foi de 95%, o que corresponde a 35,488 milhões de alunos. Com relação ao ensino médio, o senador disse que dados de 1995 indicam que menos de 15% da população de 15 a 17 anos frequentam o curso secundário.

– A demanda, porém, é crescente, seja devido à expansão da oferta do ensino fundamental, seja porque o setor produtivo pressiona por mão-de-obra qualificada, seja ainda porque a po-

pulação, num mundo globalizado, diversifica e amplia suas expectativas – afirmou.

Quanto à educação infantil, ele reconheceu os avanços da lei brasileira na percepção de quanto ela é significativa nos primeiros anos de vida do homem. Mas apontou também como relevante, nesse contexto social, a participação crescente da mulher no mercado de trabalho. Para o parlamentar, o afastamento da mulher do ambiente familiar está a exigir instituições educacionais para crianças de zero a seis anos de idade.

Com o argumento de que hoje “a oferta de educação infantil pública é precária e insuficiente para atender à demanda da sociedade brasileira”, Jefferson quer que o Senado aprove essa proposta de emenda constitucional que amplia para toda a educação básica os benefícios do salário-educação.

Sérgio Machado pede regras para melhorar a vida dos deficientes

Ao registrar a passagem do Dia Nacional de Luta dos Portadores de Deficiência, comemorado na última quinta-feira, o senador Sérgio Machado (PSDB-CE) informou que está encaminhando ao presidente do Departamento Nacional de Trânsito (Denatran) estudo elaborado pelo Conselho Nacional dos Centros de Vida Independente, contendo sugestões para regulamentar as carteiras de habilitação para portadores de deficiência.

Com a iniciativa, Sérgio Macha-



Machado fez registro do Dia Nacional de Luta dos Portadores de Deficiência

do quer que todos os departamentos estaduais de Trânsito passem a adotar um procedimento único e desburocratizado, acabando com os transtornos no processo de emissão das carteiras para portadores de deficiência. Ele acrescentou que, por solicitação sua, o governo federal corrigiu a legislação que concede benefício fiscal aos portadores de deficiência na aquisição de veículos novos com câmbio automático.

Sérgio Machado destacou que

os portadores de deficiência têm se esforçado para acabar com o tratamento paternalista que lhes foi imposto ao longo do tempo. E enfatizou que os direitos dos deficientes são os mesmos dos demais cidadãos. “Mas para eles exercerem muitos desses direitos, torna-se indispensável a adoção de medidas especiais”, afirmou.

Para exercer o direito de ir e vir, por exemplo, os problemas de locomoção dos deficientes diminuiriam se os ônibus fossem dotados de degraus mais baixos, corrimãos adequados e, quando possível, de elevadores que permitissem o acesso de cadeiras de rodas, disse o senador.

AGENDA

SEGUNDA-FEIRA, 25 DE SETEMBRO DE 2000

PLENÁRIO

14h30 – Sessão não deliberativa

PREVISÃO

Brasil 500

PLENÁRIO



Terça-feira

14h30 – Sessão não deliberativa

Quarta-feira

14h30 – Sessão não deliberativa

Quinta-feira

10h – Sessão não deliberativa

Sexta-feira

9h – Sessão não deliberativa

ESPECIAL

Quarta-feira

12h – Cultura ao Meio-Dia

Filme: Ação entre amigos, Beto Brant. Auditório Petrólio Portella

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães

1º Vice-Presidente: Geraldo Melo

2º Vice-Presidente: Ademir Andrade

1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima

2º Secretário: Carlos Patrocínio

3º Secretário: Nabor Júnior

4º Secretário: Casildo Maldaner

Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho

Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (61) 311-3211

Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1150

Diretor do Jornal do Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3170

Diretor da Agência Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3327

Editor-Chefe: Edson de Almeida

Editores: Djalba Lima, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva, Sylvio Costa e Sylvio Guedes

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Maria das Graças Aureliano e Miquéas Dantas de Moraes

Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane Araújo

Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Verbas para área social aumentam 28,6% em 2001



Do Orçamento de R\$ 268,9 bilhões para 2001, o governo reservou R\$ 42,3 bilhões para o desenvolvimento social, um aumento de 28,6% comparando-se com os gastos deste ano. São programas como os de saúde da família, bolsa criança-cidadã, saneamento básico, assistência social, qualificação profissional, reforma agrária e habitação.

Pouco menos da metade desses recursos – R\$ 17,9 bilhões – serão encaminhados à área de saúde, beneficiada pela aprovação de uma emenda constitucional que garante

Quase metade dos recursos serão destinados à saúde, beneficiada pela aprovação de emenda constitucional que garante a aplicação nesse setor de recursos mínimos e crescentes a cada ano

a aplicação no setor de recursos mínimos e crescentes do Orçamento, a cada ano. A proposta orçamentária marca a opção do Executivo pelo fortalecimento do programa Saúde da Família, para o qual serão destinados R\$ 2,8 bilhões.

O segundo setor mais beneficiado pelo projeto orçamentário é o da educação. Serão R\$ 7,4 bilhões, dos quais mais da metade – R\$ 3,9 bilhões – para o programa Toda Criança na Escola. Um dos principais pilares desse programa, por meio do qual o governo pretende universalizar o atendimento do ensino fundamental, é a participação federal em iniciativas municipais voltadas a

garantir a presença de crianças na escola por meio do pagamento de um subsídio a suas famílias.

A proteção ao trabalhador desempregado, segundo a proposta orçamentária, deverá contar com R\$ 4,6 bilhões. Os recursos serão destinados ao pagamento de seguro-desemprego e à concessão de bolsas para o aperfeiçoamento de trabalhadores. O programa de qualificação profissional, que deverá beneficiar 2,9 milhões de pessoas, contará com recursos de R\$ 497 milhões em 2001.

Dentro da área social, as dotações para saneamento e habitação são as que apresentam maior cresci-

mento em relação a 2000. Enquanto estão previstos para este ano R\$ 457 milhões, para 2001 os recursos deverão alcançar a marca de R\$ 1,6 bilhão. Desse total, porém, R\$ 1 bilhão seria proveniente do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, previsto em emenda constitucional do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) que ainda tramita na Câmara dos Deputados. As verbas só serão confirmadas após a aprovação final da proposta pelo Congresso Nacional.

Ao estabelecer as alocações de verbas sociais para cada região do país, o governo utilizou, como critério de referência, o Índice de

Desenvolvimento Humano (IDH), elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e aceito internacionalmente como indicador da situação social das populações analisadas.

Com base nos dados do PNUD, foram estabelecidos os planos de apoio aos estados com menor desenvolvimento humano e de infraestrutura social básica para microrregiões carentes – este voltado a aliviar os problemas enfrentados pelos chamados “bolsões de pobreza”. O plano de apoio aos estados mais pobres deverá contar com R\$ 4,1 bilhões em 2001.

Francelino apóia a alteração no critério de atendimento a carentes

O senador Francelino Pereira (PFL-MG) elogiou a decisão do governo federal de mudar o projeto de atendimento a populações carentes, passando a selecioná-las de acordo com o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) dos municípios, em vez de usar os indicadores relativos aos estados. Assim, por exemplo, 275 municípios mineiros situados no norte do estado e nos vales do Jequitinhonha e Mucuri receberão R\$ 1,6 bilhão em investimentos até 2002, informou Francelino.

Os recursos do agora chamado Projeto Alvorada serão aplicados, em Minas, nos programas de bolsa-escola ou garantia de renda mínima, erradicação do trabalho infantil, saneamento básico com vistas à redução da mortalidade infantil, saúde em família ou agentes comunitários, agricultura familiar e desenvolvimento do turismo ecológico, disse o senador.

Segundo Francelino, serão gastos R\$ 31 milhões para reduzir os índices de analfabetismo, com a meta de alfabetização de 300 mil crianças. O apoio ao desenvolvimento do ensino fundamental deve atender 77 mil alunos até 2002, desenvolvendo ações de apoio pedagógico, com investimentos previstos de R\$ 24 milhões.

O senador destacou, ainda, a importância das ações de saúde no âmbito do Projeto Alvorada, que envolvem projetos de sanea-

Francelino explica que população carente de Minas Gerais terá apoio



Surge nova universidade em Minas

A iminente transformação da Escola Federal de Engenharia de Itajubá (Efei) em universidade especializada foi aplaudida pelo senador Francelino Pereira. Ele anunciou que projeto de lei nesse sentido será assinado hoje pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, em ato solene no Palácio do Planalto.

A escola, fundada em 1913, tem hoje cerca de 2 mil alunos distribuídos por 22 cursos, 13 deles de pós-graduação. O parlamentar citou o diretor-geral da Efei, professor José Carlos Goulart de Siqueira, para quem a transformação dará mais autonomia e competitividade à instituição.

Segundo o senador, os 700 engenheiros formados pela Efei entre 1995 e 1999 são oriundos de 16 estados brasileiros e de dez outros países. Entre os 174 professores, 56% têm título de doutorado e 37% de mestrado. Quase a totalidade do corpo docente trabalha em regime de tempo integral e dedicação exclusiva. Todos esses indicadores superam bastante os índices exigidos pelo Ministério da Educação para a transformação em universidade, acrescentou.

Iris presta homenagem a deputado goiano morto

O senador Iris Rezende (PMDB-GO) apresentou requerimento à Mesa do Senado solicitando inserção nos registros da Casa de voto de pesar pela morte do deputado estadual Ronildo Naves (GO), ocorrido na última quarta-feira em Silvânia, cidade onde morava. O deputado tinha 44 anos e foi vítima de um infarto do miocárdio.

Ronildo era líder da bancada do Partido Socialista Cristão na Assembleia Legislativa do estado de Goiás e presidente da Comissão de Desenvolvimento, tendo sido um dos parlamentares mais votados na chamada Região da Estrada-de-Ferro (que engloba sua cidade e ainda São Mi-

guel do Passa Quatro, Vianópolis, Bonfinópolis e Bom Jesus). Ele trabalhava na campanha de sua mulher, Gilda Naves, à prefeitura de Silvânia.

No requerimento de Iris, que foi lido na sessão não deliberativa de sexta-feira, consta também o pedido de apresentação de condolências à família e ao estado de Goiás pela morte de Ronildo Naves.



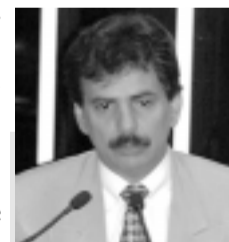
Iris destacou a liderança de Ronildo na Estrada-de-Ferro

Ademir: atraso pode inviabilizar construção de eclusas de Tucuruí

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) disse que o governo não vem cumprindo o cronograma de investimentos para a construção das eclusas de Tucuruí. Na avaliação do senador, além do prejuízo aos cofres públicos, o atraso poderá inviabilizar a obra das eclusas do Tocantins, “o que seria uma clara demonstração de irresponsabilidade do governo”. Ademir afirma ainda que a sociedade paraense já se mobiliza para evitar a paralisação das obras.

– Entidades como o Conselho

Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (Crea), a Federação das Indústrias (Fiepa), o Ministério Público e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) estão ultimando uma ação judicial que poderá paralisar as obras da segunda fase da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, caso o governo não repasse, dentro do prazo máximo de 60 dias, o complemento de R\$ 70 milhões previsto no cronograma financeiro do Ministério dos Transportes para construção das eclusas do rio Tocantins – afirmou o senador.



Ademir aponta irresponsabilidade do governo federal

Fogaça prega equilíbrio fiscal para o sucesso do Mercosul

O futuro do Mercado Comum do Cone Sul (Mercosul) depende do equilíbrio entre as políticas fiscal e cambial adotadas pelo Brasil, Uruguai, Paraguai e Argentina, países integrantes do bloco econômico. A opinião foi expressa pelo vice-presidente da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, senador José Fogaça (PMDB-RS), durante debate promovido pela TV Senado.

Otimista quanto à viabilidade do Mercosul, Fogaça também considerou fundamental uma "harmonização macroeconômica" entre os quatro países, que pode resultar, ou não, em uma moeda comum. "Não pode haver uma diferença abissal entre as políticas monetárias adotadas pelos integrantes de um bloco econômico regional", afirmou. Para Fogaça, a estabilidade monetária também é imprescindível para a continuidade do processo de integração.

A superação dos entraves econômicos, entretanto, observou o senador, não é suficiente para o sucesso do Mercosul. "É preciso que haja um clima de abso-



José Fogaça: otimismo quanto ao êxito do bloco econômico

luta plenitude democrática, com respeito às leis e ao estado de direito, para que o país seja considerado confiável a ingressar nesse processo."

José Fogaça acredita que, se o Mercosul consolidar-se como bloco econômico, os países sul-americanos estarão mais preparados para disputar mercados no mundo inteiro. A construção dessa unidade é colocada pelo senador como condição indispensável à participação futura na Associação de Livre Comércio das Américas (Alca), tendo como parceiros Estados Unidos, Canadá e México.

Apesar dos recorrentes problemas comerciais entre Brasil e Argentina, Fogaça não aposta na existência de conflitos de interesses geopolíticos e econômicos entre os membros do Mercosul. Disputas do gênero seriam provocadas, afirmou, por países do Hemisfério Norte, que protestam contra a perda de competitividade gerada pela globalização e adotam ações protecionistas a fim de recuperar posições perdidas no mercado internacional.

CCJ analisará aumento do período de inelegibilidade

Segundo Paulo Hartung, o projeto põe fim à impunidade dos que entram para a vida pública com a intenção de se proteger da Justiça

O senador Paulo Hartung (PPS-ES) defende a aprovação de projeto de sua autoria que aumenta em oito anos o período de inelegibilidade dos condenados devido à prática de dez modalidades de crimes. A proposta, diz, pretende pôr fim à impunidade dos que entram para a vida pública com a intenção de se proteger da ação da Justiça. A iniciativa aguarda votação na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

O projeto aumenta de três para oito anos o período de inelegibilidade de quem for condenado por crimes contra a economia popular, a fé pública, a administração pública, o patrimônio público, o mercado financeiro e a Previdência Social. A mudança valeria também para o tráfico de entorpecentes e crimes fiscais, tri-

butários e eleitorais.

– Precisamos inaugurar uma nova fase na política nacional: a fase da ética, da prevalência do interesse público e da eliminação da impunidade dos poderosos.

Paulo Hartung argumenta que o aumento em cinco anos da suspensão dos direitos políticos irá preservar exigências constitucionais impostas ao administrador, como probidade administrativa e moralidade para o exercício do mandato.

Conforme o projeto, são acrescentados aos casos de inelegibilidade já previstos em lei os crimes contra a Previdência Social e os concernen-



Hartung: é preciso garantir a prevalência do interesse público

tes à responsabilidade na gestão fiscal. Ao incluir na proposta a expressão "crimes fiscais ou tributários", Paulo Hartung objetiva contemplar todos os delitos que impliquem a subtração de recursos públicos necessários ao financiamento de serviços sociais básicos e ao investimento para assegurar o desenvolvimento econômico e social.

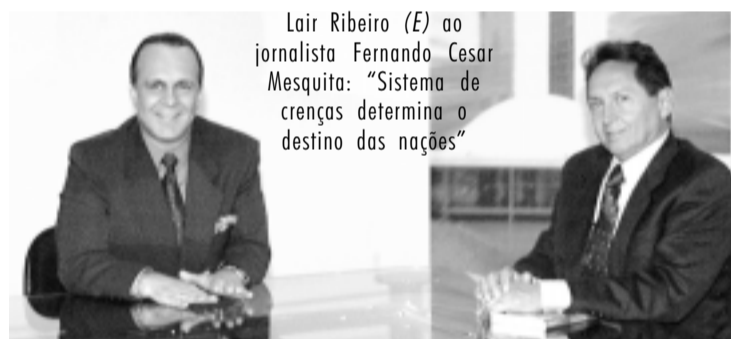
O senador afirma que seu projeto pretende eliminar a imunidade parlamentar, "verdadeiro escudo de proteção de inescrupulosos que entram para a vida pública com o intuito quase que exclusivo de proteção contra a persecução penal".

Pesquisa está relacionada à cidadania, afirma físico

Em entrevista à TV Senado, o físico e pesquisador Marcelo Gleiser afirmou que a pesquisa está relacionada à cidadania e a legislação que trata do tema precisa garantir liberdade para o pesquisador. "Proibir certas pesquisas é como tirar a liberdade de imprensa", afirmou. O cientista brasileiro, que é professor nos Estados Unidos, destacou que as descobertas científicas podem ser usadas para o bem ou para o mal e que o importante é divulgar as informações para que os cidadãos tenham condições de opinar.

Marcelo Gleiser, especialista em física e astronomia, disse ainda que as descobertas científicas estão inseridas na vida das pessoas. É o caso, observou, da engenharia genética e dos alimentos transgênicos, também conhecidos como geneticamente modificados. Na opinião de Gleiser, a redefinição do ser humano pela engenharia genética é apenas uma questão de tempo.

– A pesquisa genética pode curar doenças e desenvolver alimentos mais produtivos, mas sempre se paga um alto preço pela manipulação da natureza – afirmou.



Lair Ribeiro (E) ao jornalista Fernando Cesar Mesquita: "Sistema de crenças determina o destino das nações"

Médico defende auto-ajuda para melhorar qualidade de vida

As teorias apresentadas nos livros de auto-ajuda, que lideram as listas dos mais vendidos no Brasil, podem melhorar a qualidade de vida no país. Quem garante é o médico Lair Ribeiro, um dos principais autores do gênero. Em entrevista ao jornalista Fernando Cesar Mesquita, Ribeiro argumenta que o sistema de crenças, pessoal e coletivo, pode determinar o destino dos indivíduos e, também, das nações. O programa foi ao ar no fim de semana pela TV Senado.

Ribeiro acredita que, sem questionamento e mudança da maioria das idéias correntes na sociedade, dificilmente o país deixará a incômoda 68ª posição no ranking de desenvolvimento humano da Organização das Nações Unidas (ONU).

Desde que publicou *O sucesso não ocorre por acaso*, que já vendeu mais de um milhão de exemplares no Brasil, Ribeiro já escreveu 20 livros. O

último, *Prosperidade*, explora a questão da existência de bloqueios emocionais com relação ao dinheiro, impedindo a obtenção de riqueza.

O escritor retoma a tese de Max Weber segundo a qual o desenvolvimento econômico dos países protestantes foi facilitado pela ética que vê a prosperidade como um direito dos filhos de Deus. Para Weber, o catolicismo impôs dificuldades ao enriquecimento ao adotar o conceito da evolução pelo sofrimento.

Lair Ribeiro identifica, como principal entrave à prosperidade econômica e à obtenção de um bom nível de auto-estima, as noções absorvidas até os sete anos de idade por meio da família e da sociedade. Nessa fase, a criança funciona como uma "esponja", absorvendo como verdade absoluta tudo o que é dito sobre ela por pais, parentes, professores.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

6h30 – *Debate* – Diógenes Costa Barbosa, diretor da Rádio Cultura, e Walter Lima, da Rádio Nacional, falam sobre o Dia Nacional do Rádio
7h30 – *Entrevista* – Paulo César Camarão, diretor da Divisão de Educação do Trânsito, fala sobre as aulas de trânsito nas escolas
8h – *Especial* – Moradia – Um direito constitucional
8h45 – *TV Escola* – Crônicas da Terra – Vento
9h – *Cores do Brasil* – Folclore do Maranhão
9h30 – *Entrevista* – Sen. Alberto Silva fala sobre desenvolvimento e emprego
10h – SBPC – *Desigualdades sociais*
11h – *Entrevista Especial* – Min. Marco Aurélio
12h – *Entrevista* – Paulo César Camarão, diretor da Divisão de Educação do Trânsito, fala sobre as aulas de trânsito nas escolas
12h30 – *Revista Brasília*
13h30 – *Debate* – Diógenes Costa Barbosa, diretor da Rádio Cultura, e Walter Lima, da Rádio Nacional, falam sobre o Dia Nacional do Rádio
14h30 – Sessão Plenária (vivo)
14h30 – *Revista Brasília*
19h30 – *Debate* – Diógenes Costa Barbosa, diretor da Rádio Cultura, e Walter Lima, da Rádio Na-

cional, falam sobre o Dia Nacional do Rádio
20h30 – *Entrevista* – Paulo César Camarão, diretor da Divisão de Educação do Trânsito, fala sobre as aulas de trânsito nas escolas
21h – *Jornal do Senado*
21h30 – Sessão Plenária (reapresentação)
Logo após – *Revista Brasília*

RÁDIO SENADO

HOJE

8h – *Agenda Senado*
Em seguida – Música e informação
14h30 – Sessão Plenária do Senado (vivo)
Em seguida – Música e informação
19h – *A Voz do Brasil*
Em seguida – Música e informação
20h30 – *Senado em Linha Direta* – Edição Nordeste
Em seguida – Música e informação
21h – *Senado em Linha Direta* – Edição Norte/Centro-Oeste
Em seguida – Música e informação
21h30 – *Senado em Linha Direta* – Edição Sul/Sudeste
Em seguida – Música e informação
24h – Sessão Plenária do Senado Federal (reprise)
Em seguida – Música e informação

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal